

Estudo Técnico Preliminar

FICHA TÉCNICA DE ELABORAÇÃO		
Secretaria:	Governo	
UGB	Tributação	
Responsável pela Demanda	Giovana Rocha Silveira	Cód. Funcional: 3794
Responsável pela elaboração	Wallace da Silva Novais	Cód. Funcional: 3840

I. INTRODUÇÃO

De acordo com a previsão contida no inciso XX do art. 6º da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, o Estudo Técnico Preliminar é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

II. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente credenciamento de instituições financeiras tem por finalidade a prestação de serviços bancários de arrecadação dos tributos municipais (IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano; ISS - Imposto Sobre Serviço; ITBI - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis; Taxas e demais receitas), com prestação de contas com transmissão eletrônica de dados dos valores arrecadados, conforme Comunicado Febraban 015/2015.

A arrecadação municipal compreende receitas provenientes de impostos, taxas, dívida ativa, contribuições de melhoria e outras receitas públicas, sendo essencial que tais valores sejam recolhidos por meio seguro, eficiente, padronizado e integrado aos sistemas de controle contábil e financeiro do Município. Para isso, faz-se necessária a contratação de instituição financeira que realize o recebimento dos **Documentos de Arrecadação Municipal (DAM)**, em padrão **FEBRABAN**, bem como o repasse dos valores arrecadados e a prestação de contas por meio magnético, garantindo conciliação bancária precisa e tempestiva.

Por fim, o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade demonstrar de forma objetiva e motivada a necessidade, adequação, eficiência e vantajosidade da contratação, garantindo a transparência dos atos administrativos e o atendimento pleno ao interesse público.

III. ÁREA REQUISITANTE:

UGB: Tributação

Secretaria: Finanças, Planejamento e Desenvolvimento Econômico



Servidor: Giovana Rocha Silveira

Cargo: Supervisora de Programas

IV. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Alinhamento com o Plano de Contratações Anual: 112 – Outros Serv. Terceiros-Pessoa Jurídica.

V. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para assegurar que a Administração Pública obtenha o melhor resultado possível, a instituição financeira contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de credenciamento/licitação, nos termos do art. 63 e do art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021.

V.I. Requisitos de Habilitação Jurídica, Fiscal e Econômico-Financeira

A instituição financeira interessada deverá apresentar documentação que comprove:

a) **Regular constituição e autorização de funcionamento**, mediante apresentação de Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social atualizado, devidamente registrado, ou documentos equivalentes, conforme o tipo societário;

b) **Autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil** ou documento que comprove não estar em processo de intervenção, liquidação, insolvência ou falência;

c) **Inscrição regular no CNPJ**;

d) **Regularidade fiscal e trabalhista**, incluindo:

- Certidões de tributos federais, estaduais e municipais;
- Regularidade com FGTS;
- Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

e) **Idoneidade e ausência de sanções impeditivas**, não podendo a Instituição estar suspensa, inidônea ou impedida de contratar com o Poder Público.

V.II. Requisitos Técnicos e Operacionais

A instituição financeira deverá:

a) Dispor de **estrutura operacional capaz de realizar o recebimento de tributos municipais** por meio de:



- **Documento de Arrecadação Municipal (DAM)**, exclusivamente em **padrão FEBRABAN**;
- **PIX**
 - b) Disponibilizar **múltiplos canais de pagamento**, tais como:
 - agências bancárias;
 - guichês de caixa;
 - autoatendimento;
 - internet banking;
 - aplicativo móvel;
 - correspondentes bancários;
 - rede lotérica (quando aplicável).
 - c) Garantir a **transmissão eletrônica dos arquivos de arrecadação e prestação de contas por meio magnético**, em formato compatível com os sistemas municipais de arrecadação e contabilidade;
 - d) Manter **procedimentos de segurança da informação** e sigilo bancário, comprometendo-se a não divulgar dados obtidos durante a execução contratual;
 - e) Possuir **capacidade de conciliação bancária** e correção de inconsistências no prazo estabelecido.

V.III. Requisitos Relacionados à Execução do Serviço

A instituição credenciada deverá:

- a) Realizar a arrecadação e efetuar o **repasso dos valores arrecadados nos prazos previstos** no termo de referência;
- b) Emitir comprovante de pagamento ao contribuinte com autenticação ou identificação da transação;
- c) Manter equipe e meios necessários para garantir a **continuidade dos serviços**, comunicando ao Município qualquer intercorrência que comprometa a arrecadação;
- d) Sujeitar-se à **fiscalização do Município**, que poderá realizar inspeções, auditorias e solicitações de informações;



e) Cumprir todas as obrigações contratuais e legais, respondendo por danos, omissões, atrasos ou divergências nos serviços prestados.

V.IV. Requisitos de conformidade com a Lei nº 14.133/2021

O credenciamento exige que:

- a) Todos os interessados que cumprirem os requisitos sejam **admitidos**, em conformidade com o art. 74, IV da Lei nº 14.133/2021;
- b) O processo assegure **isonomia, publicidade e transparência**, com observância aos princípios da administração pública;
- c) A instituição credenciada mantenha **condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência do contrato**, apresentando novas certidões quando necessário;
- d) Estão previstas as **sanções administrativas aplicáveis**, nos termos dos artigos 156, 162 e correlatos da Lei nº 14.133/2021.

VI. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DA CONTRATAÇÃO

Somando-se os documentos relativos aos grupos de arrecadação (ISS Eventual, ISS Taxas – ISS variável, ISS Fixo – Imposto Sobre Serviços e IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano), obtém-se a seguinte projeção aproximada:

Grupo	Valor Lançado (R\$)	Valor Arrecadado (R\$)	Inadimplência (R\$)	Parcelas	Carnês
IPTU	4.889.692,85	2.835.815,41	-2.053.877,44	64.180	6.418
ISS Fixo	36.720,11	15.978,93	-20.741,18	530	53
ISS Taxas	706.959,32	247.568,52	-459.390,80	4.195	839
ISS Eventual	201.926,87	183.742,27	-18.184,60	341	59
ISS Variável	6.239.942,19	5.824.894,97	-415.047,22	755	755
TOTAL GERAL	12.075.241,34	9.108.000,10	-2.967.241,24	70.001	8.124



Total estimado anual de documentos a serem arrecadados: aproximadamente 77.000 DAM.

- **IPTU: 64.180 parcelas + cotas únicas → arredonda-se para cerca de 70 mil documentos.**
- **ISS Fixo: 530 parcelas + cota única → aproximadamente 600 documentos.**
- **ISS Taxas: 4.195 parcelas + cota única → em torno de 5.100 documentos.**
- **ISS Eventual: 341 parcelas + demais documentos → aproximadamente 500 documentos.**
- **ISS Variável: 755 parcelas + cota única → aproximadamente 800 documentos**

VII. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Prestadores: apenas instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central (bancos múltiplos, comerciais, cooperativas e bancos postais/correspondentes) podem operar rede de arrecadação integrada e emitir arquivos **FEBRABAN**. Os municípios costumam credenciar várias instituições para ampliar a capilaridade.

Padrão técnico: o padrão **FEBRABAN** para código de barras e arquivos de retorno/retorno magnético é o **padrão adotado nacionalmente**; Febraban publica códigos e orientações aos municípios. É requisito técnico obrigatório para integração.

Tarifas e variação de preços: bancos cobram tarifas por documento/processamento; os valores variam por instituição, canal (guichê, internet, correspondente, lotérica) e pacote de serviços. O Banco Central mantém base com as tarifas praticadas por bancos — útil para comparação de mercado.

Mudanças regulatórias relevantes: o Bacen/Resolução, sobre boletos e arranjos de pagamento, tem alterações recentes que impactam liquidação e tratamento de boletos e arrecadações (ex.: modernização das regras de boleto), o que exige atenção técnica ao exigir compatibilidade com as novas regras.

VIII. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação será definido com base nas quantidades estimadas de **Documentos de Arrecadação Municipal – DAM** efetivamente arrecadados, inclusive aqueles pagos por meio do sistema PIX, apuradas a partir do histórico de arrecadação do Município e das projeções de receitas tributárias para o exercício.



A contratação ocorrerá por meio de processo de credenciamento, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, não havendo caráter competitivo por preço, sendo a tarifa unitária por DAM previamente fixada no edital e aplicável de forma isonômica a todas as instituições financeiras credenciadas, com previsão específica para arrecadação via canais tradicionais e via PIX, quando cabível.

O valor global estimado terá caráter meramente referencial, destinando-se ao planejamento orçamentário e à definição do limite máximo estimado da despesa, não constituindo obrigação de execução integral por parte da Administração, uma vez que a contratação será executada conforme a arrecadação efetivamente realizada e a adesão dos contribuintes aos meios de pagamento disponibilizados.

O pagamento à instituição financeira credenciada ocorrerá exclusivamente em razão dos serviços efetivamente prestados, considerando os DAMs arrecadados, inclusive por meio do PIX, aplicando-se a tarifa unitária fixada, respeitados os quantitativos máximos estimados e condicionada a execução à disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

IX. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na implementação de um **sistema integrado de arrecadação municipal**, por meio do **credenciamento de instituições financeiras** aptas a receber tributos e demais receitas públicas do Município de Tarumã/SP, utilizando o **Documento de Arrecadação Municipal (DAM)** em padrão **FEBRABAN**, assegurando segurança, agilidade, rastreabilidade e padronização dos processos de recebimento e repasse dos valores arrecadados.

Trata-se de um serviço bancário essencial para a gestão tributária municipal, permitindo que os contribuintes realizem pagamentos de tributos em diversos canais oferecidos pelas instituições credenciadas, ampliando o acesso e facilitando a adimplência.

X. RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação por meio de credenciamento de instituições financeiras tem como finalidade assegurar a eficiência, segurança, transparência e agilidade nos processos de arrecadação das receitas públicas municipais. Com a implementação da solução proposta, o Município de Tarumã/SP pretende alcançar os seguintes resultados:

X.I. Ampliação da rede arrecadadora municipal

Garantir que os contribuintes tenham acesso facilitado aos canais de pagamento,



permitindo o recolhimento de tributos por meio de:

- agências bancárias;
- guichês de caixa;
- caixas eletrônicos;
- aplicativos de celular;
- internet banking;
- correspondentes bancários;
- lotéricas e banco postal (quando aplicável).

Essa ampliação permitirá maior capilaridade no atendimento e maior comodidade aos contribuintes.

X.II. Aumento da inadimplência dos contribuintes

Com mais opções e facilidades de pagamento, busca-se:

- reduzir a inadimplência municipal;
- incentivar o pagamento pontual de tributos;
- aumentar a receita própria do Município;
- minimizar custos decorrentes de cobranças, juros e judicialização.

X.III. Padronização e segurança do processo de arrecadação

A adoção do padrão **FEBRABAN** e a integração eletrônica com os sistemas municipais garantirão:

- uniformidade na leitura dos DAM;
- redução de erros de processamento;
- identificação automática de pagamentos;
- processamento mais rápido e confiável.

X.IV. Rapidez nos repasses e maior controle de fluxo de caixa

Com o repasse das receitas arrecadadas dentro dos prazos estabelecidos:

- o Município terá maior previsibilidade financeira;
- a programação orçamentária e financeira será aprimorada;
- haverá maior segurança no cumprimento das obrigações públicas.

X.V. Conciliação bancária eficiente

Espera-se:

- conciliação automática ou semiautomática dos valores arrecadados;



- identificação imediata de divergências;
- correção de inconsistências em prazos curtos (72 horas).
Esse ponto é fundamental para auditorias, prestações de contas e conformidade com os órgãos de controle.

X.VI. Redução de custos administrativos

A terceirização do processo de arrecadação via rede bancária permitirá:

- diminuição de filas e atendimentos presenciais na Prefeitura;
- redução de erros manuais;
- desoneração de equipes internas;
- eliminação de necessidade de sistemas próprios de cobrança.

X.VII. Transparência e rastreabilidade completas

Com a adoção de arquivos eletrônicos:

- todas as transações poderão ser auditadas;
- haverá histórico completo das arrecadações;
- o Município estará alinhado às normas do Tribunal de Contas.

X.VIII. Conformidade legal e fortalecimento da governança pública

A contratação busca:

- atender às determinações da Lei nº 14.133/2021;
- garantir processo público isonômico, transparente e motivado;
- promover gestão eficiente dos recursos públicos;
- reduzir riscos de falhas operacionais e financeiras.

XI. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÕES PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO NO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Antes da formalização do contrato, deverão ser adotadas, no ambiente interno da Administração, todas as providências indispensáveis para assegurar a regularidade, a segurança jurídica e a aderência do ajuste às normas da **Lei nº 14.133/2021**, bem como às diretrizes de planejamento fixadas pelo TCESP. Tais medidas visam garantir que a contratação transcorra de forma plenamente eficiente, transparente e compatível com o interesse público.

Assim, deverão ser implementadas as seguintes ações preparatórias:



a) Conferência formal da documentação de habilitação da futura contratada

A equipe responsável deverá verificar se a licitante vencedora mantém válidas e compatíveis com o objeto todas as **condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e econômico-financeira**, conforme previsto no edital e no art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

b) Designação formal do gestor e dos fiscais do contrato

Nos termos dos arts. 117 e 118 da Lei nº 14.133/2021, a autoridade competente deverá:

- designar **gestor do contrato**;
- nomear fiscais técnico, administrativo e, quando necessário, advogado de apoio;
- registrar atribuições, responsabilidades e limites de atuação.

Essa providência é condição mínima de governança contratual.

c) Elaboração de medidas de fiscalização

Previamente ao início da execução, deverá ser elaborado documento contendo:

- a) critérios de inspeção;
- b) parâmetros de qualidade para cestas e carnes;
- c) orientações sobre cadeia de refrigeração;
- d) protocolos para verificação de irregularidades e rejeição do objeto;
- e) fluxos de comunicação entre UGBs, gestor e contratada.

Esse plano orientará a execução e o recebimento provisório e definitivo, conforme art. 141 da Lei 14.133/2021.

XII. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

No caso em apreço, não se vislumbram contratações correlatas e/ou interdependentes para a solução ser contratada e o serviço ser plenamente prestado.

XIII. IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Devido as características da solução e a sua forma de utilização, a equipe de planejamento não realizou análise dos impactos e as suas respectivas mitigações.



POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.

Após a análise detalhada da necessidade administrativa, das alternativas existentes no mercado, dos requisitos técnicos e operacionais, da estimativa de demanda, dos resultados pretendidos e das condições de viabilidade jurídica, conclui-se que a contratação por meio de **credenciamento de instituições financeiras**, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, é **a solução mais adequada, eficiente e segura** para atender aos objetivos do Município de Tarumã/SP no tocante à arrecadação de receitas tributárias e não tributárias.

A adoção do credenciamento possibilita:

- ampla participação de instituições autorizadas pelo Banco Central;
- padronização técnica por meio do **DAM** em conformidade com o padrão **FEBRABAN**;
- maior capilaridade e acessibilidade aos contribuintes, reduzindo inadimplência;
- repasses ágeis e conciliação confiável;
- redução de custos administrativos;
- compatibilidade com as melhores práticas de governança, transparência e rastreabilidade.

Além disso, o credenciamento se mostra adequado por se tratar de **serviço continuado, padronizado e prestado por múltiplas instituições**, cuja inviabilidade de competição jurídica e técnica, justifica o modelo previsto pelo art. 74, IV, da Lei nº 14.133/2021.

A estimativa de quantidade anual de documentos (aproximadamente **77.000 DAM**) e o valor estimado da contratação (cerca de **R\$ 12.000,00/ano**) demonstram que a solução é economicamente viável, proporcional e compatível com os preços praticados pelo mercado.

Dessa forma, conclui-se que:

A contratação é plenamente adequada, necessária e proporcional para atender à finalidade pública de garantir a eficiência do sistema de arrecadação municipal, ampliar o acesso dos contribuintes aos canais de pagamento, assegurar o correto ingresso das receitas públicas e fortalecer a gestão fiscal do Município.

Assim, **recomenda-se a continuidade do processo**, com a abertura do credenciamento e posterior formalização dos contratos com as instituições financeiras credenciadas, em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Assim, manifesta-se de forma **conclusiva e favorável** à realização da contratação, considerando que o objeto, o modelo adotado, a forma de parcelamento, os requisitos



sanitários e os procedimentos previstos asseguram a plena satisfação da necessidade administrativa e garantem condições adequadas para o cumprimento da finalidade a que se destina.

Tarumã, 23 de fevereiro de 2026.

**GIOVANA ROCHA SILVEIRA
SUPERVISORA DE PROGRAMAS**

